

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17126 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 04 - Estado e Política Educacional

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES: panorama histórico brasileiro**

Andriele dos Santos Zwetsch - UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

Agência e/ou Instituição Financiadora: DEMANDA SOCIAL – DS – CAPES

### **POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES: panorama histórico brasileiro**

**RESUMO:** Este estudo vincula-se ao Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria. Objetiva apresentar um panorama histórico das políticas públicas de formação inicial de professores no Brasil. A questão norteadora da pesquisa é: “Qual o panorama histórico das políticas públicas de formação inicial de professores no Brasil?”. A metodologia é de abordagem qualitativa e os instrumentos de produção de dados foram a pesquisa bibliográfica e análise documental em leis, decretos e portarias. Os referenciais teóricos foram: Gatti (2013), Akkari (2011), Aguiar (2009), entre outros. Conclui-se que as políticas públicas de formação inicial de professores acompanharam o processo histórico e as demandas da Educação Básica no Brasil, mas precisam ser repensadas constantemente em razão das necessidades da sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas Públicas. Formação Inicial de professores. Brasil.

Este estudo está vinculado ao Curso de Doutorado do Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE) e ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Campo Curricular - ELOS, ambos da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Para responder a questão norteadora da pesquisa: “Qual o panorama histórico das políticas públicas de formação inicial de professores no Brasil?” possui como objetivo apresentar um panorama histórico das políticas públicas de formação inicial de professores no Brasil.

Para alcançá-lo utiliza-se a abordagem qualitativa, produzindo os dados através da pesquisa bibliográfica em autores que discutem as políticas públicas de formação inicial de professores e análise documental das leis, decretos e portarias das políticas públicas brasileiras.

Não pode-se falar em formação inicial de professores sem pensar na Educação Básica, pois são temas totalmente interligados. A Educação Básica, atualmente dividida em três etapas, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, passou por diferentes momentos históricos no Brasil, o que influenciou, e ainda influencia, na formação inicial de professores. Para Gatti (2013, p. 54), pensar na Educação Básica com foco no contexto

escolar, é “pensar em pessoas, em relações pedagógicas intencionais, portanto, em profissionais bem formados para isso, dentro das novas configurações sociais e suas demandas”. Salienta-se que a Educação Básica é obrigatória e gratuita para crianças de 4 anos a jovens de 17 anos de idade, o que necessita que o Estado repense a formação de professores, através de políticas públicas, para garantir a universalização e democratização do acesso à educação e a melhoria da qualidade.

Uma forma de repensar a formação inicial é a criação de políticas públicas voltadas para esta área de intervenção que é a formação inicial de professores. Políticas públicas é um conjunto de decisões que surgem para atender demandas e interesses da sociedade, orientando assim decisões políticas. Estas se dividem para atender cada direito social do cidadão brasileiro, um deles é a Educação, denominando-se de políticas públicas educacionais. Para Akkari (2011, p. 12) “a política educacional é um conjunto de decisões tomadas antecipadamente, para indicar as expectativas e orientações da sociedade em relação à escola”, ou seja, a demanda referente as políticas públicas de formação inicial de professores surgem do contexto da escola e suas modificações no decorrer da história.

A formação inicial de professores começa a ser pensada fortemente pelo Estado e conseqüentemente aparece com frequência nas políticas públicas a partir do Decreto nº 3.276, de 6 de dezembro de 1999 (BRASIL, 1999) que modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em ser Art. 62 (BRASIL, 1996) e torna obrigatório a formação inicial em nível superior, sendo admitida o Curso Normal apenas para Educação Infantil e as primeiras quatro séries do Ensino Fundamental. Este fenômeno para Akkari (2011, p. 110) é denominado de princípio da universitarização, pois “a alternativa da política educacional em confiar a formação de professores a instituições de nível superior tem como objetivo propiciar aos professores uma formação mais científica e menos baseada em ‘receitas’”. No Decreto nº 3.276 (BRASIL, 1999) a formação inicial de professores passa a ser pensada de acordo com a etapa da Educação Básica em que o profissional irá atuar, destacando a necessidade de uma formação básica comum, com complementação de estudos e articulação com a formação continuada de professores.

No ano de 2001, foi aprovado o Plano Nacional de Educação com a Lei nº 10.172 de 2001 (BRASIL, 2001), ainda durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Este Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2001) diagnostica que a melhoria da qualidade da educação nos dez próximos anos depende da valorização do magistério e isso envolverá uma política global sobre a formação inicial e continuada de professores e condições de trabalho, salário e carreira, após traz algumas diretrizes, princípios para a formação de professores, objetivos e metas. Por esta razão que a qualificação da formação dos professores tornou-se um dos maiores desafios do Plano Nacional de Educação de 2001, por isso que salienta que a “implementação de políticas públicas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação é uma condição e um meio para o avanço científico e tecnológico em nossa sociedade” (BRASIL, 2001).

No ano de 2002, foi aprovada a Resolução CNE/CP 1/2002 (BRASIL, 2002), esta prevê que a formação deve ser um processo autônomo em curso licenciatura plena com identidade própria, com alterações em um dos seus artigos em 2004 e 2005. Em 2006, foi implementada a Resolução CNE/CP Nº 1 de 2006 (BRASIL, 2006a) que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia.

Com a mudança na exigência na formação inicial de professores ocorre um aumento significativo de instituições privadas de Ensino Superior, assim como aumentou a procura por Educação a Distância. Uma das alternativas adotadas pelo Ministério da Educação (MEC) foi a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB) como uma política pública educacional regulamentada pelo Decreto nº 5800 de 2006 (BRASIL, 2006b) e em 2007 instituiu o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) que buscou ampliar o acesso e permanência no Ensino Superior.

Outro marco histórico na formação inicial é a Lei nº 11.502 em 2007 (BRASIL, 2007) que cria a “Nova Capes”. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, passa a organizar e formular políticas públicas para a formação de profissionais que atuam na Educação Básica. Para Aguiar (2009, p. 139) “a Capes, até então voltada para a pós-graduação, torna-se também espaço de definição de políticas e de fomento para a formação de professores no ensino superior”.

Uma dessas iniciativas foi a criação do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) em 2007, inicialmente regulamentado pelo Decreto nº 7.219 de 2010 (BRASIL, 2010) e atualmente pela Portaria nº 90, de 25 de Março de 2024 (BRASIL, 2024b), entre outras.

Criado no ano de 2006 pela Secretaria de Educação Superior, ganha forma só no ano de 2008 no Edital nº 02/2008 CAPES/SESU (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2008), quando a CAPES assumiu o Programa de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência), com os objetivos de financiar projetos voltados para formação e exercício profissional dos futuros professores e implementar ações das diretrizes curriculares da formação de professores.

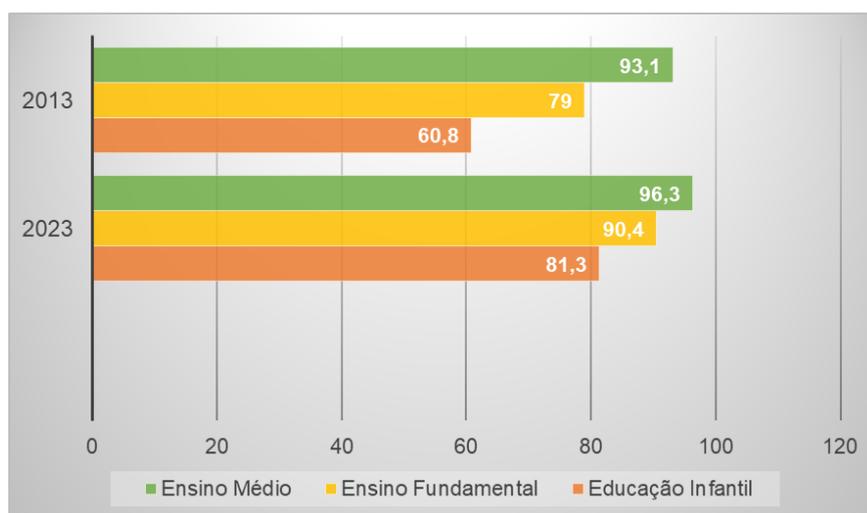
No ano de 2009 é formulada a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, que possibilitava “cursos presenciais e a distância, em certos casos voltados preferencialmente a docentes já em exercício, mas não titulados em nível superior” (GATTI, 2013, p. 51).

No mesmo ano, foi criado o Programa de Formação Inicial e Continuada, Presencial e a Distância, de Professores para a Educação Básica (PARFOR), que possuía como objetivos elevar o padrão de qualidade da formação dos professores, quando a CAPES passa a oferecer cursos de formação inicial e presencial e a Universidade Aberta do Brasil cursos na modalidade a distância para capacitação dos professores que estão atuando nas escolas.

A Lei nº 13.005 de 2014 (BRASIL, 2014), aprova o Plano Nacional de Educação, válido até 31 de dezembro de 2025. Este prevê a formação inicial de professores como duas de suas metas e estabelece estratégias para alcançá-las, o tema aparece principalmente nas Metas 15 e 16. A Meta 15 prevê “que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam” (BRASIL, 2014) no período de 1 ano em regime de colaboração. Já a Meta 16 pretende “formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE” (BRASIL, 2014).

Ao analisar o indicador do Censo Escolar denominado de “Percentual de docentes com curso superior” realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no período de dez anos, percebe-se que o número de professores com curso superior aumentou em todas as etapas da Educação Básica, mas ainda não alcançaram a totalidade, para atingir a Meta 15 do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014). Esses dados podem ser vistos:

Gráfico 01 – Percentual de professores com Ensino Superior



**Fonte:** Elaborado pela autora (2024), com base no Censo Escolar (2013, 2023)

No ano de 2015, foi implementada a Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015 (BRASIL, 2015) que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada. Esta previa que a formação inicial, e também a continuada, contribui para a qualidade da Educação Básica, devendo ser um processo dinâmico e complexo.

No ano de 2018, foi criado o Programa de Residência Pedagógica, com a Portaria nº 38, de 28 de fevereiro de 2018 (BRASIL, 2018), durante o Governo de Michel Miguel Elias Temer. Extinto no ano de 2024, o programa previa a inserção de alunos que estavam cursando a segunda metade do curso de licenciatura na realidade escolar. Ainda em 2018, foi criado o Programa de Fomento à Formação de Professores da Educação Básica (ProF-licenciatura) visando a melhoria da qualidade na formação de professores através da concessão de recursos

para instituições de Ensino Superior que participavam do Programa de Bolsa de Iniciação à Docência e do Programa de Residência Pedagógica.

Em 2019, foi instituída a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC Formação) com a Resolução CNE/CP nº 2 de 2019 (BRASIL, 2019). Por último, em 2024, foi aprovada a Resolução CNE/CP nº 4 de 2024 (BRASIL, 2024a) que revoga as resoluções anteriores e prevê no Art. 1º, parágrafo terceiro que “a formação inicial de profissionais do magistério da Educação Básica deverá considerar a integralidade do sujeito em formação e do próprio fenômeno educativo” (BRASIL, 2024a).

Conclui-se que as políticas públicas de formação inicial de professores acompanharam o processo histórico e as demandas da Educação Básica no Brasil, ganhando maior força a partir da exigência do Ensino Superior.

Destaca-se que ainda precisam ser repensadas e planejadas par atender o maior número de pessoas, visto que ainda há professores sem formação inicial em Ensino Superior nas escolas. Acredita-se que políticas públicas que pensem em melhoria da formação inicial de professores, com articulação com a Educação Básica e formação continuada buscam consequentemente a melhoria da Educação Básica.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcia Ângela da S. Política de formação de professores para a Educação Básica no Brasil: mudanças na agenda. In. DOURADO, L. F. (org.). **Políticas e gestão da Educação no Brasil: novos marcos regulatórios**. São Paulo: Xamã, p. 135-145, 2009.

AKKARI, Abdeljalil. **Internacionalização das políticas educacionais: transformações e desafios**. Petrópolis: Vozes, 2011

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 20 dez. 1996

BRASIL. **Decreto nº 3.276, de 6 de dezembro de 1999**. Dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica. Brasília, 6 de dezembro de 1999

BRASIL. **Lei nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação. Brasília, 9 de janeiro de 2001

BRASIL. **Resolução CNE/CP 1/2002, de 18 de fevereiro de 2002.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Conselho Nacional de Educação, Brasília, 15 de mai. 2006a

BRASIL. **Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006.** Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil. Brasília, 08 de jun. 2006b

BRASIL. **Lei nº 11.502 de 11 de julho de 2007.** Modifica as competências e a estrutura organizacional da fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Brasília, 11 de julho de 2007

BRASIL. **Decreto nº 7.219, de 24 de junho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. Brasília, 24 de jun. 2010

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação. Brasília, 25 de junho de 2014

BRASIL. **Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada. Diário Oficial da União, Brasília, 2015

BRASIL. **Portaria nº 38, de 28 de fevereiro de 2018.** Institui o Programa de Residência Pedagógica, 2018

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, 2019

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024.** Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica. Diário Oficial da União, Brasília, 2024a

BRASIL. **Portaria CAPES nº 90, de 25 de março de 2024.** Dispõe sobre o regulamento do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, 2024b

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Edital nº 02/2008 CAPES/SESU-** Programa de Consolidação das Licenciaturas. Brasília, 24/07/2008

GATTI, Bernadete Angelina. Educação, escola e formação de professores: políticas e impasses. **Educar em Revista**, Editora UFPR, Curitiba, Brasil, n. 50, p. 51-67, out./dez. 2013